

QUESTÕES E REFLEXÕES DOS CASOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EJA, EM ESCOLAS DA BAIXADA FLUMINENSE

Ana Patrícia Silva¹

Resumo: A Educação Física na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos tem como objetivo proporcionar a todos os alunos a oportunidade de conhecer e praticar a cultura corporal do movimento, além de trabalhar a promoção da saúde e qualidade de vida. No entanto, o cenário que encontramos na EJA para as aulas de educação física é bastante complicado, travamos uma luta diária para motivar os nossos alunos a participarem das aulas. Trata-se de uma pesquisa exploratória que utiliza como método o estudo de casos múltiplos. No caso em questão, tivemos como público-alvo escolas dos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João de Meriti.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação Física; Cultura corporal.

Abstract: Physical Education in Youth and Adult Education modality aims to give all students the opportunity to learn and practice the culture of body movement as well as working to promote health and quality of life. However, the scenario we find in adult education for physical education classes is quite complicated, waging a daily struggle to motivate our students to participate in lessons. It is an exploratory research using a method the study of multiple cases. In this case, it had as target schools in the municipalities of Belford Roxo, Nova Iguaçu and São João de Meriti.

Keywords: Youth and Adult Education; Physical Education; body culture.

Introdução

Nos últimos dez anos, temos observado o aumento considerável no pleito pela Educação de Jovens e Adultos (EJA). A demanda se deve a pessoas que por algum motivo não conseguiram iniciar ou terminar seus estudos no período considerado adequado a sua faixa etária, e que agora estão retornando para as salas de aula, com o intuito de melhorar suas posições diante da sociedade, qualificando-se melhor, e, em contrapartida, com possibilidades de serem incorporados no mercado de trabalho.

Sendo também educação básica, a EJA necessita articular-se às ofertas educativas destinadas às crianças e adolescentes, preservando sua identidade político-

¹ Professora substituta da UFF. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

pedagógica e especificidades nos planos conceitual e metodológico que articulam-se com a gestão da escola.

A heterogeneidade sociocultural dos indivíduos, a diversidade de suas demandas educativas e de suas condições de estudo e aprendizagem requerem respeito às especificidades das zonas urbanas e rurais e à pluralidade cultural, de gênero, étnica e religiosa da população brasileira, exigindo formação adequada de professores e gestores. Considerando as características psicossociais, ritmos, aspirações, projeções e interesses próprios dos educandos, os programas de EJA necessitam ser flexíveis nas formas de atendimento, de modo a garantir a pluralidade de concepções pedagógicas e metodológicas e o respeito às especificidades na seleção dos materiais didáticos e organização do ambiente escolar.

Neste contexto, estaremos refletindo sobre a modalidade de ensino de Jovens e Adultos, embasados na Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 37 parágrafos I e II, que rege a modalidade de ensino supracitada, que estabelece:

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Especificamente, a Educação Física na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) tem o objetivo proporcionar a todos os alunos a oportunidade de conhecer e praticar a cultura corporal do movimento além de trabalhar a promoção da saúde e qualidade de vida. Para o MEC (2012, p. 224)

[...] a inclusão da Educação Física na educação de jovens e adultos representa a possibilidade de acesso à cultura corporal de movimento. O acesso a esse universo de informações, vivências e valores é compreendido aqui como um direito do cidadão, na perspectiva da construção e usufruto de instrumentos para promover a saúde, utilizar criativamente o tempo de lazer e de expressão de afetos e sentimentos, em diversos contextos de convivência. Em síntese, a apropriação da cultura corporal de movimento, por meio da Educação Física na escola, pode e deve se constituir, num instrumento de inserção social, de exercício da cidadania e de melhoria da qualidade de vida.

No entanto, o cenário que encontramos na EJA para as aulas de educação física é bastante complicado, travamos uma luta diária para motivar os nossos alunos a

participarem das aulas. Conseguir fazer com que essas pessoas participem das aulas práticas é um grande desafio. Precisamos motivar os nossos alunos a superarem o cansaço, estresse e desânimo do dia a dia, que acabam por se tornar uma “desculpa” para não participação nas aulas de educação física. Embora esses alunos tenham certo respaldo nas leis de diretrizes e bases da educação 9394/96 artigo 26, parágrafo 3º, que diz:

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: No entanto, é interessante mostrar que o fato de ser facultativa deveria obrigar todas as escolas a oferecerem, e o aluno é que teria o direito a escolher ou não fazer a atividade. (redação dada pela lei nº 10.793, de 1º. 12.2003).

Que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

Maior de trinta anos de idade;

Que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;

Que tenha prole.

A motivação para realizar a pesquisa aqui apresentada surgiu a partir das nossas experiências em nossos estágios² com crianças e adolescentes. Tivemos a curiosidade de verificar como se dá a prática da Educação Física escolar com pessoas de outras faixas etárias, sejam elas jovens, adultos e ou pessoas da terceira idade. Pessoas estas que não tiveram acesso à escolarização ou que precisaram abandonar a escola por motivos diversos.

Nosso interesse encontra-se em entender o papel da Educação Física no “desenvolvimento” do alunado da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que já possuem um conhecimento não acadêmico da cultura corporal do movimento. Assim sendo, muitas questões passaram a povoar nossas reflexões, sendo elas: O que seria trabalhado com esses alunos? Existe alguma forma de se abordar e aplicar um conteúdo para a EJA diferente da utilizada com crianças e adolescentes de ensino regular? Será que tais questionamentos fazem parte do imaginário dos professores de educação física da EJA, uma vez que eles irão se deparar com diferentes pessoas, com interesses diferentes, que possuem processos de desenvolvimentos em níveis diferentes?

Consideramos importante observar a idade dessas pessoas que têm procurado voltar a estudar, já que existem faixas etárias diferenciadas frequentando as mesmas

² Obrigatórios para obtenção do título de licenciado em Educação Física pela Uniabeu.

salas de aula. Enquanto uns estão passando da adolescência para a vida adulta, outros já têm chegado à terceira idade; uns com uma vida de experiências e outros com uma vida por experimentar. O ideal seria que todos os alunos, independente da idade, estivessem cheios de curiosidades, abertos a novas descobertas, o que poderia estar de alguma forma ajudando estes indivíduos a se integralizar dentro da sociedade.

Os objetivos deste artigo são: “mapear a existência da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA) em três municípios da Baixada Fluminense, sendo eles: São João de Meriti, Nova Iguaçu e Belford Roxo”; e “compreender como a prática da educação física tem sido implementada em tal modalidade de ensino, verificando se a proposta curricular está sendo desenvolvida pelos professores”.

A pesquisa aqui apresentada se justifica pelo seu ineditismo, associar “Educação de Jovens e Adultos”, “Educação Física” e “Baixada Fluminense”. Não encontramos nenhum estudo que pudesse subsidiar a pesquisa aqui apresentada. Entendemos que não é muito comum tal associação, como mostra o levantamento que realizamos no banco de teses e dissertações da CAPES³ e no *site* da Scielo⁴.

CRITÉRIOS: ANO	PALAVRAS-CHAVE	RESULTADO
Doutorado; Ano Base = 2011	EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.	0
Doutorado; Ano Base = 2010	EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.	0
Doutorado; Ano Base = 2009	EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.	0
Doutorado; Ano Base = 2008	EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.	0
Doutorado; Ano Base = 2007	EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.	0

Tabela 1: Pesquisa - CAPES doutorado - EJA, Educação Física e Baixada Fluminense

CRITÉRIOS: ANO	PALAVRAS-CHAVE	RESULTADO
Mestrado; Ano Base = 2011	EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.	0
Mestrado; Ano Base = 2010	EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.	0
Mestrado; Ano Base = 2009	EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.	0
Mestrado; Ano Base = 2008	EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.	0
Mestrado; Ano Base = 2007	EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.	0

Tabela 2: Pesquisa - CAPES mestrado- EJA, Educação Física e Baixada Fluminense.

³ O portal de acesso livre da CAPES disponibiliza periódicos com textos completos, bases de dados referenciais com resumos, patentes, teses e dissertações, estatísticas e outras publicações de acesso gratuito na internet, selecionados pelo nível acadêmico, mantidos por importantes instituições científicas e profissionais e por organismos governamentais e internacionais. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Acesso em: 30/10/2012.

⁴ SciELO - A Scientific Electronic Library Online - SciELO é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Disponível em: <http://www.scielo.org/php/index.php?lang=pt>. Acesso em: 30/10/2012.

Para fins de organização, distribuimos a escrita do presente artigo da seguinte forma: Contextualização histórica, A EJA na Baixada Fluminense, Metodologia do estudo, Análise de dados e considerações finais.

Contextualização Histórica

No período do Brasil colonial havia poucas escolas e estas eram privilégio da nobreza. As crianças recebiam acompanhamento escolar durante a infância. Sendo assim, usufruíam de uma educação básica e, quando chegavam à idade adulta, não necessitavam ser alfabetizadas (o que não acontecia com as famílias pobres, que por sua vez, não tinham acesso à educação). Consequentemente acabavam ficando dependentes da nobreza. Segundo Ghiraldelli Jr. (2008, p. 24), a educação no Brasil só iniciou com o término dos regimes das capitanias. Ele menciona que:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de predomínio dos Jesuítas; a das reformas do Marques de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos Jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808-1821).

Em 1822, D. Pedro declara a independência do Brasil, tornando-se, assim, o primeiro imperador do Brasil, sendo intitulado D. Pedro I. Neste mesmo ano, no dia 1º de março, surge o decreto que cria no Rio de Janeiro uma escola que tinha como metodologia o ensino Lancasteriano, ou ensino mútuo, ou seja, um único professor para ensinar todas as crianças, onde o professor escolhia uma criança mais desenvolvida nos estudos e ela acabava por passar para mais dez crianças o que tinha aprendido.

Em 1824, a Constituição outorgada pela Assembleia Constituinte trazia, no artigo 179, que a instrução primária era gratuita e deveria favorecer a todos os cidadãos. No ano de 1827, uma Lei geral é criada em 15 de outubro e fixa o currículo e institui também o ensino primário para as pessoas do sexo feminino. Em 1834 acontece o Ato Adicional na reforma constitucional, onde a educação primária e secundária ficaria a cargo das províncias.

Em 1835, no Brasil é criada a primeira escola de Ensino Normal no Rio de Janeiro (Niterói); em 1836, na Bahia; em 1838 é fundado, no Rio de Janeiro, o Colégio Dom Pedro II; em 1839 criou-se uma Escola Normal no Pará; em 1845, no Ceará; e em 1846, no estado de São Paulo.

Em 1854, é elaborado um decreto, em 17 de fevereiro, que passava a exigir professores credenciados e também reformas nos ensinos primários e secundários;

também foi criada uma Escola Normal na Paraíba. No ano de 1870, surge a Reforma Paulino de Souza, que tinha como meta implantar, nos estudos que eram realizados no então Colégio D. Pedro II, uma forma de estudo mais voltada para uma formação de vida, ou seja, um caráter formativo; cria-se a primeira escola protestante, a Escola Americana.

Em 1880, surge a primeira Escola Normal da Capital do Império, a qual os poderes públicos vigentes da época mantinham e administravam. No ano de 1889, D. Pedro II e sua família viajam para a Europa, e o então Marechal Deodoro da Fonseca proclama a República. Nesse período, havia cerca de 12% da população em idade escolar.

No início do século XX, o processo de desenvolvimento industrial, traz a necessidade de pessoas estarem se adequando aos manuais das máquinas, ou seja, pessoas que não sabiam ler e escrever necessitavam aprender, para poderem, assim, manusear aqueles equipamentos e, conseqüentemente, manterem-se integrados no quadro de funcionários de uma indústria. Com isso, muitas pessoas começaram a procurar as escolas noturnas com o objetivo de serem alfabetizadas.

Por volta da década de 40, há um aumento na base eleitoral, o voto era apenas para pessoas alfabetizadas, aquelas que tinham o domínio da leitura e o da escrita. Com isso, o governo lançou a primeira campanha de educação de jovens e adultos, facilitando então o aumento de eleitores com autonomia. Com isso, a educação de jovens e adultos era entendida como uma extensão da escola formal, principalmente para a zona rural. Já na década de 50, a educação de jovens e adultos era entendida como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário.

Com isso, surgem, no final dos anos 50, duas tendências significativas na educação de jovens e adultos: a educação de jovens e adultos entendida como uma educação libertadora (conscientizadora), pontificada por Paulo Freire (1979, p. 72) e a educação de jovens e adultos entendida como educação funcional (profissional).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem uma história muito recente, até porque, antigamente, a forma de se alfabetizar uma pessoa consistia em: após um dia intenso de trabalho, pessoas que sabiam um pouco ler e escrever transferiam este conhecimento a outras que não sabiam.

No município do Rio de Janeiro, o ensino de jovens e adultos surgiu no ano de 1985, no governo de Leonel Brizola, durante seu 1º mandato (1982-1986) como governador, sendo que esse ensino era no horário diurno. Este ensino regular

contemplava as faixas etárias de 14 a 20 anos com objetivo de alfabetizar jovens que por algum motivo não tiveram acesso ou continuidade nos estudos.

Este ensino tinha como proposta, segundo documento original do PEJ-1985 (Projeto de Educação Juvenil): “criar uma nova relação entre a escola e os professores, de um lado, e os jovens alfabetizando, do outro. Uma relação de troca entre o saber universal e científico da escola e o saber das camadas populares, produzido em sua luta diária pela sobrevivência”.

Embora a EJA não fosse reconhecida pelo Conselho Municipal de Educação, foram inseridos dois blocos de ensino, sendo o primeiro bloco o da alfabetização e o segundo bloco referente às últimas séries do ensino fundamental.

No ano de 1988, devido à procura de jovens com o objetivo de se qualificarem no mercado de trabalho e terminar seus estudos, teve-se a necessidade de implantar a modalidade de ensino regular noturno, que, por sua vez, estaria atendendo um determinado número de trabalhadores com faixa etária até 20 anos, que não tinham condições de dar segmento aos estudos no horário diurno, devido a seu trabalho. No ano de 1996, a EJA recebe investimentos consideráveis. Segundo Silva, Bonamino e Ribeiro (2012, p. 370) “... até 1996 a oferta da educação de jovens e adultos estava vinculada aos programas sociais e não ao campo do direito a educação”.

Em 1998, houve uma proposta da Secretaria Municipal de Educação ao Conselho Municipal de Educação pedindo para ser implantado e regulamentado no ensino fundamental da 5ª a 8ª séries o PEJ. Foi estabelecida a faixa etária de 14 a 22 anos para o PEJ I e de 14 a 25 anos para o PEJ II. Em 2005, houve uma modificação na nomenclatura deste programa, devido às demandas e leis que vigoravam naquele ano, sendo alterado para PEJA e não mais PEJ, ou seja, a PEJA passou a funcionar em 125 Escolas Municipais do Rio de Janeiro, sendo oferecidas as duas modalidades de ensino PEJA I e PEJA II, com horários diurnos e noturnos.

A EJA na Baixada Fluminense

Até o presente momento, não encontramos nenhum registro específico que traz menção ao surgimento da educação de jovens e adultos na Baixada Fluminense. Estaremos trazendo esse relato de como se deu a iniciação desta modalidade de ensino em cada município de nossa pesquisa, tudo isso com documentações que foram levantadas juntamente com as secretarias de educação de cada município, e também as

coordenadorias regionais metropolitanas. Sendo eles os casos de Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João de Meriti.

- *Belford Roxo:*

No segundo semestre de 2001, a modalidade de educação para Jovens e Adultos, iniciou-se intensamente. Alguns documentos foram elaborados, tais como: ações pedagógicas, fichas individuais e de acompanhamento de rendimento de aprendizagem, históricos escolares, relatórios descritivos e a construção da Deliberação 05/CME/02.

Em 2002, houve uma implementação dos ciclos de formação I, II, e III, o que correspondia às séries iniciais do ensino fundamental (alfabetização à 4ª série). Em 2003, há uma implementação dos ciclos de formação IV e V, o que se referia aos últimos anos do ensino fundamental (5ª à 8ª séries). Neste mesmo ano, foi implementado o PROAEJA (Programa de Acompanhamento da Aprendizagem) onde professores qualificados trabalharam constantemente buscando atividades diversas e aprimoramento diário, como forma de solucionar possíveis dificuldades que poderiam ser encontradas nos ciclos de formação I, II e III nas áreas de linguagens e matemática.

Em 2005, a Secretária Municipal de Educação, a Sr.^a Maíses Rangel Suhett, extingue o ciclo de aprendizagem e implementa o ensino fundamental regular noturno, tendo como referência a Deliberação 12/CME/05 para estudo no período anual do 1º ao 9º de escolaridade. O Parecer CME nº 04/09 elabora a proposta curricular do ensino fundamental regular noturno.

Em 09 de abril de 2008, foi implantado o centro municipal de referência de estudos para Jovens e Adultos, com sede compartilhada na escola municipal Belford Roxo, de acordo com o parecer CME nº 01/2006, o que, por sua vez, dava garantias aos jovens e adultos à chegada e a permanência na escola, de forma que eles viessem a construir capacidades necessárias para uma vida pessoal, produtiva e cidadã, e principalmente de continuar aprendendo.

No ano de 2009, o então secretário municipal de educação o Sr. William Alberto Campos implementa ao ensino fundamental regular noturno o PROAEN (Programa de Aceleração do Ensino Noturno). Parecer CME nº 01/09.

O ensino fundamental regular noturno acelerado ficou com a seguinte proposta pedagógica:

- *1° ao 3° ano de escolaridade distribuída ao longo de um ano, tendo a necessidade de obter 800 h/a; início no primeiro semestre de 2009 e término no segundo semestre de 2009.*
- *4° e 5° ano de escolaridade distribuída ao longo de um ano, tendo a necessidade de obter 800 h/a; início no primeiro semestre de 2009 e término no segundo semestre de 2009.*
- *6° e 7° ano de escolaridade distribuída ao longo de um ano, tendo a necessidade de obter 800 h/a; início no primeiro semestre de 2009 e término no segundo semestre de 2009. Sem regime de progressão parcial.*
- *8° e 9° ano de escolaridade distribuída ao longo de um ano, tendo a necessidade de obter 800 h/a; início no primeiro semestre de 2010 e término no segundo semestre de 2010. Sem regime de progressão parcial.*

Em 29 de abril de 2009, através do decreto n° 2565, o Centro Municipal de Referência para Jovens e Adultos passou a denominar-se Escola Municipal para Jovens e Adultos Professora Maria Lúcia Sindra Soares. Em 21 de outubro de 2009, foi encaminhado ao Conselho Municipal de Educação o documento com a apresentação da Proposta para implantação da Educação para Jovens e Adultos/EJA no Ensino Noturno, no Município de Belford Roxo, com aprovação do Parecer n° 05/CME/09 de 06 de novembro de 2009.

Em 2010, o Secretário Municipal de Educação, Sr. William Alberto Campos- Sr. Ronaldo Dias Justino (interino), insere a modalidade de ensino EJA no ensino noturno, com possibilidades de avanços nos anos de escolaridade após 6 meses de curso, através de ensino semestral do 1° ao 9° ano de escolaridade para jovens a partir de 15 anos de idade, adultos e também idosos. Portaria n° 13 de 02 de março de 2010.

- *Nova Iguaçu:*

Infelizmente não conseguimos obter informações concretas e exatas quanto ao surgimento da EJA no município, a coordenadora da EJA, SR^a Jacira de Fátima, pediu esses documentos junto à Secretaria do município, porém fomos informados que a Secretaria Municipal de Educação não possui esses dados arquivados. A única coisa que conseguimos obter foi que essa modalidade de ensino surgiu no município na década de 80, com uma outra nomenclatura, da qual a Secretária não se recordava.

- *São João de Meriti:*

Conseguimos fazer um breve levantamento: o surgimento dessa modalidade de ensino veio através da elaboração de um processo devidamente consubstanciado e instituído pelas Deliberações n° 231/98 e 242/99 do CEE/RJ, sendo encaminhadas ao

Conselho Municipal de Educação para apreciação e conseqüentemente autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos nas unidades escolares municipais e municipalizadas.

O Conselho Municipal de Educação, constituído de seus membros, fez a análise e, após tecer considerações sobre esta modalidade de ensino em relação á problemática específica, com peculiaridades que exigem o uso de metodologias distintas das empregadas no ensino regular, e através do voto do relator, resolve autorizar o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos nas unidades escolares do município, mantidas pelo poder público municipal, a partir do ano de 2001. O parecer n° 35/00-CME/SJM foi aprovado, nos termos do artigo 14 da Lei n° 920, de 16 de janeiro de 1997. Onde o ensino fundamental noturno/Educação de Jovens e Adultos está constituído da alfabetização, 2ª etapa, 3ª etapa, 4ª etapa, 5ª etapa, 6ª etapa, 7ª etapa, 8ª etapa e 9ª etapa, onde cada uma dessas etapas corresponde a um semestre.

A Educação de Jovens e Adultos no município possui uma matriz curricular comum da base nacional. Língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, arte e educação física. E sua parte diversificada constituída de educação ambiental, ensino religioso, cultura afro-brasileira e indígena, música e cidadania, onde deverá ser cumprida uma carga horária semestral de 400 horas e carga horária semanal de 20 horas.

Metodologia do estudo

Nossa pesquisa apresenta um caráter exploratório porque buscaremos conhecer melhor o problema aqui apresentado. No que tange à abordagem do problema, buscamos um enfoque qualitativo e utilizamos alguns aspectos quantitativos, o que, de acordo com Silva K. (2008), classifica-se como acomodação de conceitos.

Nosso público-alvo será as secretarias de educação e professores de educação física dos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Para tal, realizamos um levantamento junto às secretarias de educação dos municípios supracitados com intuito de conhecermos a quantidade de alunos matriculados nesta modalidade de ensino no ano de 2012, em qual segmento existe uma maior procura pela EJA.

Após esse levantamento de dados, escolhemos as escolas onde fomos entrevistar os professores de educação física. Utilizamos uma entrevista semiestruturada que tratava de questões como: perguntas correlacionadas ao seu método de trabalho com

esses alunos de maior idade; como o professor de Educação Física tem trabalhado com esses alunos de maior idade. Por fim, estaremos fazendo um comparativo através de gráfico onde veremos o percentual de alunos matriculados no ano de 2012, por segmento e idade.

Optamos por realizar uma pesquisa qualitativa, no formato de estudo de casos múltiplos, com o intuito de conhecer melhor a realidade pesquisada. Segundo Silva, K (p, 39) “o estudo de caso único caracteriza-se por investigar um assunto, ambiente ou base de dados”, o que para Yin, (2001, p. 67) é “eminente justificável sob certas condições, nas quais o caso representa um teste crucial na teoria existente, nas quais o caso é um evento raro ou exclusivo ou nas quais o caso serve a um propósito revelador”. Sendo assim de acordo com Silva, K (2004, p. 39),

[...] quando o investigador estuda dois ou mais casos, ele estará realizando um projeto de estudo de casos múltiplos. O que diferencia esta abordagem do estudo de caso único é a possibilidade de: (a) prever resultados semelhantes através de uma replicação literal; ou (b) produzir resultados contrastantes através da replicação teórica.

Segundo Yin (2001) ele esclarece dizendo que:

A capacidade de se conduzir seis ou dez estudos de caso, efetivamente organizados dentro de um projeto de casos múltiplos, é análoga à capacidade de se conduzir seis ou dez experimentos sobre tópicos relacionados (...) se todos os casos vierem a ser previsíveis esses seis a dez casos, no conjunto, fornecerão uma base convincente para o conjunto inicial de proposições (p. 69).

Tanto uma quanto outra estratégia de pesquisa que foram apresentadas utiliza-se de diferentes aspectos, sendo consideradas diversas avaliações do mesmo fenômeno. De acordo com Silva, K (p. 39),

[...] nos estudos de casos múltiplos, cada caso é analisado individualmente como se fosse um caso único e, posteriormente os casos são comparados e contrastados entre si. O pesquisador opta por apresentar cada caso individualmente ou somente o resultado da análise cruzada dos casos múltiplos.

Por isso, adotaremos a opção de estudo de casos múltiplos onde estaremos fazendo um levantamento de dados em três municípios da Baixada Fluminense, a saber: Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João de Meriti, onde faremos, além do levantamento de dados, também um mapeamento das escolas municipais e estaduais que tem a EJA, e dentro dessas escolas averiguar se há um profissional de Educação Física lecionando e como o mesmo atua, verificando também seu segmento de atuação. Sendo que estaremos escolhendo apenas uma escola de cada município, onde poderá ser tanto da rede estadual quanto da rede municipal, embora seja a mesma rede de ensino para cada um desses municípios citados acima.

Análise de dados:*Levantamento nas secretarias de educação:*

Foram pesquisadas 03 secretarias de educação dos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João de Meriti, e 03 coordenadorias regionais metropolitanas da rede estadual.

EJA na Baixada Fluminense				
Município	EJA – Município		EJA - Estado	
	<i>EJA</i>	<i>EJA + ED. Física</i>	<i>EJA</i>	<i>EJA + ED. Física</i>
Belford Roxo	21	20	6	6
Nova Iguaçu	21	14	30	30
São João de Meriti	10	10	10	10

Tabela 3: EJA na Baixada Fluminense.

Em Belford Roxo, 21 escolas oferecem EJA, e 20 escolas que oferecem Educação Física no município de Belford Roxo também oferecem aulas de educação física, sendo elas:

EJA no município de Belford Roxo
1. Escola Municipal Alejandro
2. Escola Municipal Condessa Infante
3. Escola Municipal Ernesto Pinheiro Barcellos
4. Escola Municipal Heliópolis
5. Escola Municipal Yolanda Costa
6. Escola Municipal Professor Paris
7. Escola Municipal Olívia Valianga
8. Escola Municipal São Bento
9. Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima
10. Escola Municipal Casemiro Meirelles
11. Escola Municipal Jorge Ayres
12. Escola Municipal Edson Santos
13. Escola Municipal Tenente Walmor
14. Escola Municipal Miguel Ângelo
15. Escola Municipal Rudá Iguatemi Villa nova
16. Escola Municipal José Pinto Teixeira
17. Escola Municipal Waldemiro J. Pereira
18. Escola Municipal Jardim Gláucia
19. Escola Municipal Manoel Gomes
20. Escola Municipal Belford Roxo
21. Escola Municipal de EJA Maria Lúcia

Tabela 4: EJA no município de Belford Roxo

Escolas que oferecem Educação Física na EJA em Belford Roxo
1. Escola Municipal Alejandro
2. Escola Municipal Ernesto Pinheiro Barcellos
3. Escola Municipal Heliópolis
4. Escola Municipal Yolanda Costa
5. Escola Municipal Professor Paris
6. Escola Municipal Olívia Valianga
7. Escola Municipal São Bento
8. Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima
9. Escola Municipal Casemiro Meirelles
10. Escola Municipal Jorge Ayres
11. Escola Municipal Edson Santos
12. Escola Municipal Tenente Walmor

13. Escola Municipal Miguel Ângelo
14. Escola Municipal Rudá Iguatemi Villa nova
15. Escola Municipal José Pinto Teixeira
16. Escola Municipal Waldemiro J. Pereira
17. Escola Municipal Jardim Gláucia
18. Escola Municipal Manoel Gomes
19. Escola Municipal Belford Roxo
20. Escola Municipal de EJA Maria Lúcia

Tabela 5: Escolas que oferecem Educação Física na EJA em Belford Roxo.

21 escolas que oferecem EJA no município de Nova Iguaçu, sendo que 14 oferecem educação física, como mostram as tabelas a seguir:

EJA no município de Nova Iguaçu	
1. Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti	
2. Escola Municipal Doutor Orlando Mello	
3. Escola Municipal Janir Clementino Pereira	
4. Escola Municipal Kerma Moreira Franco	
5. Escola Municipal Marcílio Dias	
6. Escola Municipal Professor Amazor Vieira Borges	
7. Escola Municipal Professora Enilza Barros dos Santos Chiconelli	
8. Escola Municipal Professora Iramar Costa Leite Miguel	
9. Escola Municipal Professora Irene da Silva Oliveira	
10. Escola Municipal Padre Agostinho Pretto	
11. Escola Municipal Souza e Melo	
12. Escola Municipal Walfredo da Silva Lessa	
13. Escola Municipal Dulce de Moura Raunheitti Ribeiro	
14. Escola Municipal Professora Anna Maria Ramalho	
15. CIEP 071 Maximiano Ribeiro da Silva	
16. Escola Municipal Abílio Ribeiro	
17. Escola Municipal Aminthas Pereira	
18. Escola Municipal Fábio Gonçalves Raunheitti	
19. Escola Municipal Luiz de Lemos	
20. Escola Municipal Estanislau Ribeiro do Amaral	
21. CIEP 022 Presidente Getúlio Vargas	

Tabela 6: EJA no município de Nova Iguaçu.

EJA no município de Nova Iguaçu com Educação Física	
1. Escola Municipal Darcílio Ayres Raunheitti	
2. Escola Municipal Doutor Orlando Mello	
3. Escola Municipal Estanislau Ribeiro do Amaral	
4. Escola Municipal Janir Clementino Pereira	
5. Escola Municipal Kerma Moreira Franco	
6. Escola Municipal Marcílio Dias	
7. Escola Municipal Professor Amazor Vieira Borges	
8. Escola Municipal Professora Enilza Barros dos Santos Chiconelli	
9. Escola Municipal Professora Iramar Costa Leite Miguel	
10. Escola Municipal Professora Irene da Silva Oliveira	
11. Escola Municipal Padre Agostinho Pretto	
12. Escola Municipal Souza e Melo	
13. Escola Municipal Walfredo da Silva Lessa	
14. CIEP 022 Presidente Getúlio Vargas	

Tabela 7: EJA no município de Nova Iguaçu com Educação Física.

Escolas que oferecem EJA no município São João de Meriti são um total de 10 unidades, sendo que 10 oferecem educação física, como mostra a tabela a seguir:

EJA no município São João de Meriti com aulas de Educação Física	
1.	CIEP 132 Municipalizado São João Bosco
2.	Escola Municipal Adérito Gomes Gouveia
3.	Escola Municipal Casemiro de Abreu
4.	Escola Municipal DR. João Alves Martins
5.	Escola Municipal Jardim Metr�pole
6.	Escola Municipal José Bonifácio
7.	Escola Municipal Padre Paul Jean Guerry
8.	Escola Municipal Unidade Integrada do 1� grau
9.	Escola Municipal Professor Virgílio Machado
10.	NUMEJA (Núcleo Municipal de Educa�o de Jovens e Adultos) semipresencial

Tabela 8: EJA no município São João de Meriti com aulas de Educa o Física.

No que tange às escolas do estado que oferecem EJA nos municípios pesquisados, o município de Belford Roxo possui 06 escolas estaduais que oferecem a EJA. Todas as escolas ofertam a disciplina educa o física.

Escolas estaduais de Belford Roxo com aulas de Educa�o Física	
1.	Colégio Estadual Bom Pastor
2.	Colégio Estadual Paulino Barbosa
3.	Colégio Estadual São Bernardo
4.	Colégio Estadual Brandão Monteiro
5.	CIEP 100 São Francisco de Assis
6.	CIEP 210 Maria Alves de Souza Vieira

Tabela 9: Escolas estaduais de Belford Roxo com aulas de Educa o Física.

Já o município de Nova Iguaçu dispõe de 30 escolas estaduais ofertando a EJA com aulas de educa o física, sendo elas:

Escolas estaduais de Nova Iguaçu com aulas de Educa�o Física	
1.	Ciep Brizolão 119 Austin.
2.	Ciep Brizolão 167 Jardim Paraíso.
3.	Ciep Brizolão 216 Prefeito Juarez Antunes.
4.	Ciep Brizolão 356 Augusto Ruschi.
5.	Ciep Brizolão 365 Asa Branca.
6.	Ciep Brizolão 387 Hans Cristian Andersen.
7.	Ciep Brizolão 390 Chão de Estrelas.
8.	Ciep Brizolão 394 Cândido Augusto Ribeiro Neto.
9.	Ciep Brizolão 075 Jardim Cabuas.
10.	Ciep Brizolão 166 Abílio Augusto Távora.
11.	Ciep Brizolão 317 Aurélio Buarque de Holanda.
12.	Ciep Brizolão 117 Carlos Drummond de Andrade.
13.	Ciep Brizolão 025 Getúlio Sales Rodrigues.
14.	Ciep Brizolão 395 Luiz Henrique Rezende Novaes.
15.	Ciep Brizolão 113 Professor Waldick Pereira.
16.	Ciep Brizolão 196 São Teodoro.
17.	Ciep Brizolão 026 São Vicente de Paula.

18. Colégio Estadual Dom Walmor.
19. Colégio Estadual Jardim Alvorada.
20. Colégio Estadual Capitão Joaquim Quaresma de Oliveira.
21. Colégio Estadual Natividade Patrício Antunes.
22. Colégio Estadual Professor Amazor Vieira Borges.
23. Colégio Estadual Professora Venina Correia Torres.
24. Colégio Estadual Yonne Maria Siqueira de Andrade.
25. Colégio Estadual Barão de Tinguá.
26. Colégio Estadual Figueira.
27. Escola Estadual Humberto de Campos.
28. Ciep Brizolão 168 Hilda Silveira Rodrigues.
29. Ciep Brizolão 360 Professora Iara Simão Vieira.
30. Colégio Estadual Dom Adriano Hipólito.

Tabela 10: Escolas estaduais de Nova Iguaçu com aulas de Educação Física.

O município de São João de Meriti possui 10 escolas estaduais ofertando a EJA, e todas elas oferecem a disciplina de educação física, sendo elas:

Escolas estaduais de São João de Meriti com aulas de Educação Física
1. CIEP 398 Mário Lima
2. CIEP 135 Afonso Henriques de Lima Barreto
3. CIEP 115 Antônio Francisco Lisboa
4. CIEP 399 Jean Baptiste Debret
5. CIEP 170 Gregório Bezerra
6. CIEP 175 José Lins do Rego
7. Colégio Estadual Casemiro Meirelles
8. Colégio Estadual Duque Costa
9. Escola Estadual Professor Alfredo Maurício Brum
10. Colégio Estadual Professor Lourenço Filho

Tabela 11: Escolas estaduais de São João de Meriti com aulas de Educação Física.

Entrevistas

Para a fase de entrevistas, escolhemos 3 escolas estaduais, aleatoriamente, uma de cada município pesquisado, onde o professor de educação física aceitasse voluntariamente responder nossa entrevista.

As entrevistas tiveram como objetivo refletir a respeito do papel do Professor de Educação Física dentro da proposta pedagógica, na modalidade da EJA, com ênfase no ponto de vista pessoal e profissional desses professores de Educação Física e nas suas contribuições criativas para a transformação da prática educativa.

Todas as entrevistas foram realizadas em escolas do ensino médio, onde dois respondentes eram do sexo masculino e uma respondente do sexo feminino, com faixa etária variada entre 30 e 55 anos.

Todos os respondentes são graduados em educação física e atuam no magistério, respectivamente a 5, 10 e 20 anos. No entanto, sua atuação na EJA é de 5, 6 e 3 anos

respectivamente. Apenas um dos profissionais entrevistados se especializou para trabalhar com a EJA.

Quando perguntamos aos pesquisados o que eles entendiam por EJA, obtivemos as seguintes respostas:

- R1 - Educação de Jovens e Adultos, que não conseguiram iniciar ou até mesmo completar seus estudos na idade própria;
- R2 - Processo educativo para Jovens e Adultos;
- R3 - Educação de Jovens e Adultos que não completaram o ensino regular no devido tempo por variadas razões.

Observamos que os três professores entrevistados têm a mesma definição concernente a EJA baseando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9394/96 art. 37.

Quando perguntamos aos respondentes se eles trabalham na EJA fundamentados (a) em algum posicionamento teórico específico, 66,7% disseram que sim e 33,3% disseram que não. E justificaram a escolha do teórico da seguinte forma:

- R1 - Desenvolvimento psicomotor holístico, atuando no desenvolvimento do aluno de modo integral, nos aspectos motores, afetivos, sociais e psíquicos;
- R2 - Adaptando as ideias de Paulo Freire, porque é o que mais se aproxima da realidade do EJA.

Sendo Paulo Freire (2002) um dos principais teóricos que norteiam a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a escolha desse autor como referência de fundamentação teórica, citada por um dos professores entrevistados, confere com a formação acadêmica que temos disponível para os professores, em termos de formação inicial nos cursos de graduação e nas especializações, chegando até mesmo aos centros de estudos oferecidos pelas instituições.

Já os recursos utilizados pelos respondentes para trabalhar com a EJA são os seguintes:

- R1 - Artigos, textos para reflexão e os temas transversais.
- R2 - Os recursos são poucos e fracos, porque não há material específico para EJA.
- R3 - Vídeos, pesquisas em grupo, aulas práticas, aulas teóricas, projetos interdisciplinares e passeios pedagógicos.

Sendo a disciplina educação física comumente trabalhada em sala de aula, no período noturno a sua prática se restringe ao espaço físico de quatro paredes. Nesse caso os professores optam por outros tipos metodologias de trabalho, utilizando outros tipos de recursos didáticos para que a disciplina seja implementada.

Ao perguntarmos aos respondentes se a EJA oferece uma formação que possibilite ao jovem de alguma forma, intervir no contexto social, eles disseram que sim:

- R1 - mas desde que o jovem queira.

R2 – Certamente, pois, os alunos adquiriram autonomia para escolher e seguir um caminho social consciente.

Os alunos, ao longo do processo desta modalidade de ensino, estão sendo preparados e moldados para tal intervenção, pois esta modalidade, independentemente de estar trabalhando com alunos fora da idade escolar apropriada, tem o objetivo de preparar esse indivíduo para a realidade social, de forma que o mesmo intervenha de forma autônoma e crítica perante a sociedade.

Quando perguntamos da realidade socioeconômica dos alunos dos respondentes, eles responderam que;

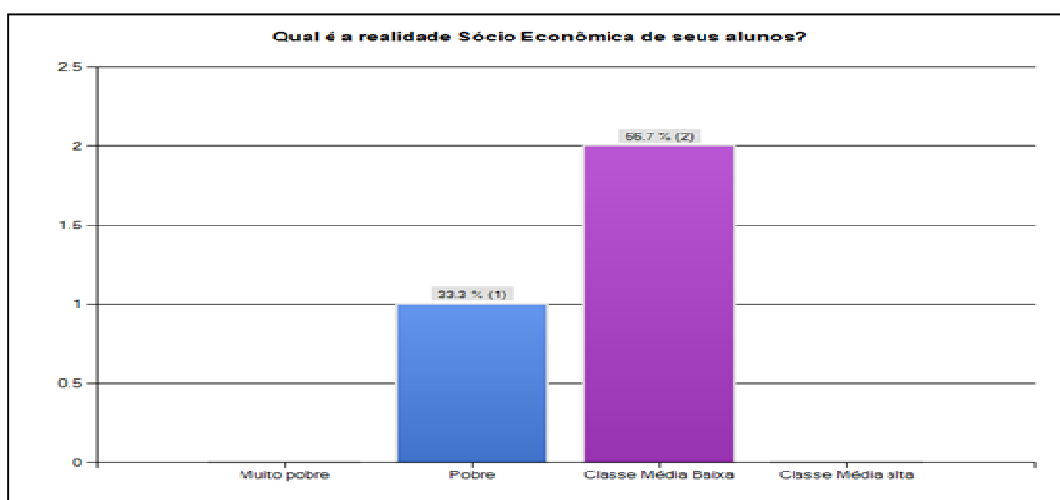


Gráfico 1: Condição socioeconômica dos alunos pesquisados.

Na nossa interpretação, esse alto índice deve-se ao caso desses alunos terem que trabalhar para sustentação familiar ou, até mesmo, para suprir suas necessidades cotidianas. Ao fazermos uma relação direta da realidade socioeconômica dos alunos pesquisados com o processo de aprendizagem, enfatizamos que devemos trabalhar para a não estigmatização do aluno. Não se pode condicionar a deficiência da aprendizagem humana à condição de pobreza, à necessidade de trabalhar e ao estudo noturno, entre outras.

Segundo Stela Piconez (2006), seja qual for a condição socioeconômica do aluno, o tipo de trabalho que realiza e seu turno de estudo, a aprendizagem sempre se efetua dependendo muito mais de como o trabalho pedagógico é articulado com essas variáveis. Há sempre aprendizagens em ritmos diferenciados, relacionadas à menor ou maior possibilidade de registro e leitura exigidos pelo tipo de função que o aluno jovem e adulto desempenha no seu trabalho e aos seus valores culturais de origem.

Todos os professores responderam que a educação física tem ajudado o EJA a cumprir seu papel de Política Educacional de Inclusão Social, segundo o respondente R2, sua resposta é positiva, “pois muitos ex-alunos retornam demonstrando que estão dando continuidade aos estudos e muitos ingressaram em universidades com bom proveito nas notas”.

No que tange às dificuldades encontradas na prática da educação física pelo profissional da EJA, obtivemos o seguinte cenário:

R1 - Falta de material, idade avançada dos alunos, dificuldade em reter conteúdos, etc.

R2 – O horário, pois muitos alunos vêm do trabalho e não conseguem chegar aos primeiros tempos de aula. A proposta da EJA deve acomodar-se à realidade da maioria dos alunos sedentários e idosos.

Entendemos que tais dificuldades se equiparam, pois o alunado, de forma geral, vem do trabalho diário, com o cansaço físico, mental e o estresse natural do dia árduo de trabalho e acaba tendo dificuldades em assimilar o conteúdo apresentado.

Considerações finais

Chegamos ao fim deste artigo tendo a consciência de que é preciso pensar a gestão democrática do espaço escolar e das práticas pedagógicas na EJA, não através de estratégias funcionais de favorecimento da aprendizagem, mas como política educativa e cultural que permita reorganizar espaços e tempos de compartilhamento de saberes, ampliar a experiência social e o direito de todos aos bens culturais, concebendo, assim, um currículo organizado flexivelmente para ser capaz de estabelecer comunicação com os sujeitos concretos da EJA, sem abrir mão dos saberes comuns socializados pela escola. Para isso é preciso praticar a escuta e a atenção comprometidas com os múltiplos da Educação de Jovens e Adultos.

Entendemos que conseguimos atingir a proposta inicial do mesmo de forma satisfatória, onde conseguimos fazer o mapeamento dos municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu e São João de Meriti, os quais atendem a modalidade de ensino de Jovens e Adultos e, conseqüentemente, o levantamento das escolas que têm professor de educação física atuando dentro desta modalidade.

Concluimos que nessas escolas pesquisadas os métodos de ensino utilizados pelos professores de educação física coincidem, porque os alunos vivem realidades muito parecidas. Em outras palavras: a grande maioria dos alunos tem uma carga de trabalho intensa, chega cansada, e isso faz com que esses profissionais desenvolvam a

maioria de suas atividades dentro de sala de aula, utilizando metodologia diferenciada das aulas convencionais de educação física ministradas em outras modalidades de ensino.

Dentro de tudo o que vimos e abordamos, algumas novas inquietações surgiram, tais como: será que a Lei nº 10.793, de 1º. 12.2003, que sugere “proteger” o indivíduo para a não realização das aulas práticas por diversos motivos, citados no início desse trabalho, realmente tem trazido benefícios a esses alunos em relação àqueles que praticam a cultura corporal de movimento diariamente, já que a prática de atividades físicas é benéfica à saúde?

Assim sendo levantamos o seguinte questionamento: Será que a aula prática de educação física não poderia servir como algo relaxante para um dia estressante de trabalho, já que a mesma é provedora de uma melhor qualidade de vida?

Como pesquisamos apenas três municípios da Baixada Fluminense, sugerimos que esta pesquisa não se restrinja apenas a estes municípios, mas que possa alcançar todos os municípios da Baixada Fluminense, o que seria de grande valia, tanto para a Academia quanto para a orientação da formulação das políticas públicas da EJA na Baixada Fluminense.

Referências

- MEC. **Educação Física na Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol3_edufisica.pdf. Acesso: 20 de outubro de 2012.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996... – Brasília: Senado Federal subsecretaria de edições técnicas, 2002.
- FREIRE, P. **Educação e Mudança**, São Paulo: Paz e Terra, p. 72, 1979.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários á prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GHIRALDELLI, J. Paulo. **História da educação brasileira**. 3. ed. São Paulo.Cortez, 2008.
- SILVA, J.; BONAMINO, A. M.; RIBEIRO, V. M. **Escolas eficazes na educação de jovens e adultos: Estudo de casos na rede municipal do Rio de Janeiro**. Educação em revista v. 28, nº. 02, (pp. 367-392), 2012.
- SILVA, K, **Criatividade na prática pedagógica**, Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação. UFRJ. Rio de Janeiro; 2004.
- YIN, ROBERT K, **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.